

Uma visão da educação a distância, no Estado de Mato Grosso do Sul: FormAção pela Escola

Jany Baena Fernandez¹

Resumo

Este artigo trata de um relato de experiência sobre a implantação e desenvolvimento, nos anos de 2007 a 2009, em Mato Grosso do Sul, do programa FormAção pela Escola que oferta formação continuada para a comunidade escolar da rede de ensino pública, na modalidade de Educação a Distância – EAD. Os cursos do referido programa visam fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. O estudo tem como objetivo apresentar informações quantitativas e qualitativas, por meio de dados fornecidos pela coordenação estadual sobre a implantação e desenvolvimento dos cursos do Programa. Para tanto, teve-se como objeto de estudo os cursos ofertados pelo FormAção pela escola. Os dados foram coletados, organizados e sistematizados, por meio de observação e levantamento em fonte direta e indireta, com acesso aos relatórios gerados pela coordenação estadual, nas legislações vigentes e no acompanhamento das formações oferecidas a comunidade escolar. Diante da experiência relatada obtiveram-se informações relevantes em relação à expansão da EAD no estado de Mato Grosso do Sul, bem como identificados campos para investigações, devido a sua especificidade de conteúdo, pois envolve temas relacionados à importância do controle social sobre os recursos financeiros destinados a educação pública e de público – alvo, tendo em vista que abrange toda comunidade escolar, não restringindo aos docentes, diretores e equipe pedagógica.

Palavras-chave: Educação a distância. Formação continuada. Controle social.

Abstract

This article is an experience report on the implementation and development in the years 2007 and 2009 in Mato Grosso do Sul, the training program by the School to offer continuing education for the school community's public school system, in the form of Education Distance Learning - Distance Learning. The courses of the program aim to strengthen the activities of agents and partners involved in the implementation, monitoring, evaluation, accountability and social control of education programs and actions financed by the National Fund for Education Development - ENDF. The study aims to provide quantitative and qualitative information, using data supplied by state coordination on the implementation and development of the courses of the program. To do so, had as object of study courses offered by the Training School. Data were collected, organized and systematized through observation and survey source direct and

¹ Mestre em Ciências da Educação – Universidade Técnica de Comercialização e Desenvolvimento (UTCD). Especialista em Tecnologias em Educação Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC/RIO); Planejamento e Tutoria em EAD – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Letras/Espanhol (UFMS).

indirect access to reports generated by state coordination in legislations and monitoring of training offered to the school community. Given the reported experience obtained information relevant to the expansion of distance education in the state of Mato Grosso do Sul, as well as identified fields for research, due to its specific content, because it involves issues related to the importance of social control over the financial resources for public education and public target - with a view that spans the entire school community, not restricted to teachers, principals and teaching staff.

Keywords: Distance Education. Training continuing. Social control.

Introdução

A formação continuada, por meio da educação a distância (EAD) se constitui uma necessidade no nosso país, devido a fatores de custo, a extensão territorial e o grande número de aprendizes. O Estado de Mato Grosso do Sul se inclui nessa característica, pois possui 79 municípios e uma extensão territorial de 357.145,532 km² (IBGE, 2002). Sendo assim, se implantou em 2007 o curso de formação continuada "FormAção pela Escola" para atender a toda comunidade escolar da rede municipal e estadual.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de implantação de um programa de formação continuada, a distância, oferecido pelo Ministério de Educação – MEC. Ele envolve a parceria da Secretaria de Educação a Distância (SEED) com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE). Para tanto, foram selecionados servidores da Secretaria de Estado de Educação que tinham experiência em tecnologias, educação a distância e nos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional a fim de coordenar o programa em âmbito estadual.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: origem do Programa FormAção pela Escola, sua implantação em Mato Grosso do Sul, a estrutura do curso e as considerações acerca da experiência vivenciada pela coordenadoria estadual do Programa, no período de 2007 a 2009.

Origem do Formação pela Escola

O FNDE, extensão operacional do MEC, tem como responsabilidade executar as transferências automáticas e voluntárias de recursos públicos destinados à educação. Esse modelo operacional requer uma boa capacidade de execução por parte dos estados e municípios, além de uma ampliação dos canais de controle, por meio dos conselhos, que exercem o controle social da aplicação dos repasses financeiros. Assim, os operadores tanto da gestão quanto do controle necessitam de capacitação especial para o desempenho das suas atividades.

A Secretaria de Educação a Distância (SEED), constituía-se um Grupo de Trabalho de Educação a Distância, conforme a Portaria 270 do FNDE, de 25/10/2004, cujo objeto consistia na definição de políticas de formação continuada a distância para servidores, gestores, técnicos e conselheiros da educação. O relatório produzido pelo grupo, no final de 2004, indicou a parceria entre o FNDE e a SEED do MEC, como meio de estruturar e de operacionalizar os cursos de capacitação a distância, visto que se concluiu ser esta modalidade a apropriada para atingir o universo dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.561 municípios do país (IBGE, 2000), dadas às restrições de recursos humanos e financeiros, e a própria limitação da capacidade operacional do FNDE para realizar o processo de capacitação de forma presencial.

Como fruto dessa parceria, em 2004, o FNDE e a SEED iniciaram o desenvolvimento do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – FormAção pela Escola. Em 2005 e 2006, foi implementada a fase piloto do Programa, envolvendo quarenta e dois municípios de seis estados (Ceará, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia). Entre setembro de 2006 e maio de 2007, foram contabilizadas 6.124 matrículas nos módulos oferecidos pelo Programa. Em sequência o programa FormAção pela Escola seria ampliado para todo o País, conforme necessidade e interesse dos estados.

No FormAção pela Escola o processo dá-se na modalidade de educação a distância, em que a utilização de diferentes mídias possibilita o alcance dos objetivos do Programa, permitindo que mais pessoas sejam capacitadas simultaneamente e em menos tempo. As mídias utilizadas são: materiais impressos; vídeos e o ambiente virtual de aprendizagem (MOODLE).

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Apesar de não estarem juntos, de maneira presencial, eles podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet, correio, rádio, televisão, o vídeo, o CD ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes. (MORAN, 2002).

Dessa maneira, verifica-se que o conceito de Educação a distância definido por Moran, compreende o programa FormAção pela Escola, pois é a maneira mais eficaz e democrática de atender aos interessados em abrangência nacional, independente da distância, localização, ofertando os cursos de formação, mediados pelos recursos tecnológicos que fazem com que haja interação entre os envolvidos no processo de formação.

Nessa perspectiva, a realização de cursos a distância para conselheiros, gestores municipais da educação e representantes da comunidade escolar atende a uma necessidade de reforçar as condições para a gestão e o controle social das ações educacionais desenvolvidas pelo Ministério da Educação – MEC, sobretudo em relação aos programas de repasses de recursos.

A implantação do Formação pela Escola em Mato Grosso do Sul

O cronograma de atividades do Programa FormAção pela Escola no Estado de Mato Grosso do Sul, previu em 2007 a adesão estadual, seleção dos tutores estaduais e municipais, capacitação dos tutores estaduais e municipais (a distância), seleção dos municípios participantes, divulgação junto as prefeituras, nas escolas, adesão dos municípios, pré-matrícula e levantamento da demanda de cursistas.

Dessa maneira, Mato Grosso do Sul iniciou com três tutores estaduais, incluindo a coordenação, oito tutores municipais em atendimento a sete municípios (Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Aquidauana, Coxim), selecionados pela Secretaria de Estado de Educação (SED), juntamente com a União dos Dirigentes Municipais – UNDIME.

Em 2008 houve o recebimento do material didático, abertura das turmas, matrícula e a efetivação do curso com as fases presenciais e a distância e certificação emitida pelo MEC.

Em relação ao acompanhamento, a SEED elaborou um sistema de monitoramento e avaliação *online* – SIFE WEB, no qual os tutores estaduais foram capacitados para gerenciar o curso, emitir relatórios e certificação, por meio dele. Esse sistema funciona como a secretaria do curso, pois pode-se ter acesso a qualquer informação referente à nota, frequência, gestão de bolsas, quantitativos de turmas, cursistas, adesões de municípios e emissão de relatórios.

Quanto às atribuições dos órgãos dos entes federados, o MEC, por meio da SEED e do FNDE, de acordo com as legislações vigentes ficou responsável pelas despesas de capacitação dos tutores, coordenação, material de divulgação (folders, banners, cartazes, ficha de pré-matrícula). A Secretaria de Estado de Educação pela disponibilização dos tutores estaduais e locais para aulas presenciais do curso e a Secretaria Municipal de Educação pelo provimento do tutor do FormAção pela Escola - professor da rede municipal que tem a função de atender os cursistas em âmbito estadual e municipal, podendo estender a nível regional.

Dessa maneira, o Estado de Mato Grosso do Sul contou com a adesão dos municípios de Naviraí, Mundo Novo, Nova Andradina, São Gabriel do Oeste, Amambaí, Bela Vista, Miranda e Paranaíba, nos meses de agosto e setembro de 2008. E a implantação de mais um polo nos municípios de Dourados, Três Lagoas e Campo Grande no mesmo ano.

No mês de outubro de 2008 a Coordenação Estadual, por meio da orientadora estadual representou o Estado, em Brasília, em uma reunião com objetivo de discutir o processo de retomada das atividades de expansão do programa e redefinir o planejamento da capacitação de tutores para o final do primeiro trimestre de 2009.

Nesse sentido ficou acordada a capacitação para os novos tutores, com objetivo de atender a demanda de 2009, sendo o estado de Mato Grosso do Sul um polo que receberia o Estado de Minas Gerais, em Campo Grande, no mês de março.

Neste contexto, o estado de Mato Grosso do Sul passou a ter 15 municípios, sendo que em sete (7) (Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã,

Aquidauana, Coxim) aconteceram os cursos em 2008, conforme relatório da coordenação estadual abaixo, e nos municípios de Naviraí, Mundo Novo, Nova Andradina, São Gabriel do Oeste, Amambaí, Bela Vista, Miranda e Paranaíba aconteceram em 2009.

Capacitação de Cursistas - Formação Pela Escola

MUNICÍPIOS	2008	2009	2010	2011
Amambaí	----	80	160	160
Aquidauana	70	160	160	160
Bela Vista	----	80	160	160
Campo Grande	70	480	480	480
Corumbá	42	160	160	160
Coxim	79	160	160	160
Dourados	76	320	320	320
Miranda	----	80	160	160
Mundo Novo	----	80	160	160
Naviraí	----	80	160	160
Nova Andradina	----	80	160	160
Paranaíba	----	80	160	160
Ponta Porã	40	160	160	160
São Gabriel Doeste	----	80	160	160
Três Lagoas	119	80	160	160
Total	496	2160	2880	2880

Observações: Os municípios de Amambaí, Bela Vista, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, São Gabriel do Oeste iniciaram as capacitações em maio de 2009 e os demais municípios tiveram início em fevereiro de 2009, por isso a demanda desses municípios consta menor.

Fonte: Elaboração do autor

A estrutura do curso

	Módulo Introdutório (40h)		Módulo Temático (40h)		
Momentos presenciais	Encontro Presencial Inicial (4h)		Encontro Presencial Intermediário (4h)		Encontro Presencial Final (4h)
Estudos a distância		Estudos individuais no Caderno de Estudos e no Caderno de Atividades (34h)		Estudos individuais no Caderno de Estudos e no Caderno de Atividades (34h)	

Fonte: Elaboração do autor, a partir do site do FNDE (2011)

Módulos e carga horária

O FormAção pela Escola compunha-se de cinco módulos: um introdutório (Competências Básicas) – O FNDE e o Apoio às Políticas Públicas para a Educação Básica – e um temático para os Programas: Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Livro (PLi); Transporte do Escolar (PTE); e Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com carga horária de 40h cada.

O módulo Competências Básicas, que traz como tema as Políticas Públicas para Educação Básica, no âmbito do FNDE deve ser cursado por todos os participantes. Em seguida cabe aos cursistas eleger dentre os módulos temáticos diferenciados, dedicados aos demais programas desenvolvidos pelo FNDE, o tema mais adequado às suas necessidades, conforme o preenchimento feito no ato da pré-inscrição.

Cada Módulo tem a duração total de 40 horas, incluído o tempo dos encontros presenciais, distribuídas ao longo de um mês. O cursista escolhe o Módulo Temático de acordo com seu interesse e necessidade, sendo obrigatório estudar anteriormente

o Módulo Introdutório, o qual é realizado apenas uma vez, mesmo que o cursista proceda à formação em outros temáticos, posteriormente.

Encontros presenciais

Os encontros presenciais ocorrem no início, no meio e no final de cada curso e têm momentos destinados à socialização, à troca de experiências e à avaliação. Cada encontro tem duração de quatro (4) horas, é organizado e conduzido pelo tutor municipal. Entrega de material, informações a respeito do curso, exibição do vídeo temático educativo e exposição dos relatos de experiência são as principais atividades desenvolvidas nesses encontros. Além disso, nesses eventos o cursista tem a oportunidade de encontrar e conhecer melhor os colegas de curso e seu tutor.

Os encontros presenciais são descentralizados, com possibilidade de realização em diversas datas. A organização e o custeio dos mesmos são de responsabilidade dos estados e/ou municípios. Os encontros ocorrem na seguinte ordem:

- a) encontro Presencial Inicial, no início do Módulo Competências Básicas;
- b) encontro Presencial Intermediário, após o Módulo Introdutório e antes do Temático;
- c) encontro Presencial Final, ao término do Módulo Temático.

Atividades individuais e coletivas

As atividades individuais correspondem àquelas realizadas a distância, por meio do material didático, e presencialmente. As atividades coletivas são aquelas que exigem o trabalho em equipe. Por meio das atividades, o cursista pode verificar sua aprendizagem e/ou suas dificuldades em relação ao conteúdo estudado. Além disso, as atividades favorecem a construção de conhecimentos conceituais, procedimentais, a apropriação de valores e consolidação de atitudes, por permitirem a prática dos conhecimentos adquiridos e aplicação no local de atuação: escolas, secretárias de educação, conselhos, associações, colegiados.

Trabalho final de módulo

O Trabalho Final de Módulo, elaborado pelo cursista, com a opção de ser feito em parceria com mais dois colegas, é um dos pré-requisitos para a certificação. Essa atividade, que pode ser um Relato de Experiência ou um Plano de Ação, parte da identificação de um problema específico, cuja solução deve ser levantada e encontrada, tendo como referência o módulo específico e relacioná-lo com o contexto, onde o cursista está inserido. Esse processo deve ser registrado e avaliado pelo próprio cursista e ser enviado ao tutor municipal. Ao final de cada Módulo Temático, há um roteiro de orientação para a elaboração desse trabalho final.

Avaliações e acompanhamento

A avaliação de aprendizagem realizava-se mediante acompanhamento do tutor e da autoavaliação do cursista, a partir das atividades propostas no material didático e do Relato de Experiências. A avaliação ocorre em forma de atividades e desafios apresentados ao longo do processo, na intenção de concretizar os movimentos de ação-reflexão-ação.

Também eram realizadas a autoavaliação e a avaliação do Programa feita pelo cursista que respondia um questionário aplicado pelo tutor, referente aos materiais didáticos, desempenho do tutor e demais estruturas do curso.

Considerações Finais

Ao acompanhar a implantação do Programa FormAção pela Escola verificou-se no processo de pré-inscrição o maior interesse em relação ao módulo específico que era para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e na sua maioria, os cursistas eram gestores escolares. Lembrando que antes do módulo específico todos tiveram que participar do módulo de competências básicas, devido a obrigatoriedade para iniciar o específico.

Nos encontros presenciais em que se iniciava o módulo competências básicas percebia-se que a maioria das pessoas não sabia o porquê dos programas e nem seus reais objetivos, os saberes eram superficiais e entendiam que só os gestores tinham direito de saber sobre o processo de aplicação do dinheiro do PDDE, PTE, PLI e PNAE.

Já nos encontros presenciais do módulo específico em que estive presente, observei que cada cursista, como na sua maioria eram gestores, escolheu o módulo PDDE pelo fato de poderem definir uma problemática real da sua unidade escolar e apresentar soluções plausíveis com o uso do recurso do PDDE.

O objetivo do PDDE é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades beneficentes de assistência social ou por elas mantida, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A relevância desse curso constitui-se na reunião de diversos integrantes da comunidade escolar em um objetivo comum que é a discussão de problemas das unidades escolares onde atuam para a resolução de um problema que envolve o dinheiro público. Essa socialização fez com que cada um se sentisse mais responsável pelo controle social do dinheiro que envolve as ações do FNDE.

Dessa forma, as pessoas da comunidade escolar que direta ou indiretamente estavam envolvidas com as ações do FNDE e tiveram a oportunidade de estudar sobre os temas dos módulos fizeram com que o curso se tornasse um instrumento que possibilitasse maior transparência da gestão dos recursos públicos, geridos pelo FNDE, de efetividade das ações de controle social, contribuindo assim para a construção de um país mais justo, igualitário e democrático.

Cabe lembrar que este estudo foi realizado no período de implantação do Programa no estado de Mato Grosso do Sul e no ano de 2012 foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto que dispõe sobre os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (FormAção pela Escola), assim como estabelece os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do Programa de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.273/2006.

Também foram ampliados em 2012 os módulos temáticos FUNDEB e Controle Social para conselheiros, além de ser vinculada a adesão dos municípios pelo Plano de Ações Articuladas (PAR). Assim, abre-se espaço para mais estudo e pesquisas acerca da expansão deste Programa, pois é o único que tem o conteúdo, referente aos recursos financeiros, destinados à aplicação na educação pública e tem como público-alvo, as pessoas envolvidas direta e indiretamente no controle destes recursos, permitindo o acesso a pais, alunos, conselheiros, administrativos da escola, entre outros.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE n. 12 de 25 de abril de 2008.** Estabelece os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3241-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-12-de-25-de-abril-de-2008>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012.** Dispõe os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola), assim como estabelece os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do Programa de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.273/2006. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3241-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-12-de-25-de-abril-de-2008>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

IBGE. **Área territorial oficial**, Resolução Nº 05, de 10/10/2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Indicadores Sociais Municipais - 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em: 10 abr. 2013.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/moran/dist.htm>>. Acesso em: 5 fev. 2013.